

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
ESPECIALIZAÇÃO EM QUESTÃO SOCIAL NA PERSPECTIVA
INTERDISCIPLINAR**

EDNA DE MORAIS FIDELIS

**PERCEPÇÃO DAS MULHERES VÍTIMA DE VIOLÊNCIA EM
RELAÇÃO AO PARCEIRO ÍNTIMO A PARTIR DE UMA PESQUISA
BIBLIOGRÁFICA**

**MATINHOS – PR
JUNHO - 2016**

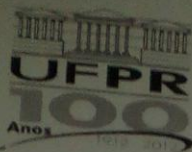
EDNA DE MORAIS FIDELIS

**PERCEPÇÃO DAS MULHERES VÍTIMA DE VIOLÊNCIA EM
RELAÇÃO AO PARCEIRO ÍNTIMO A PARTIR DE UMA PESQUISA
BIBLIOGRÁFICA**

Trabalho de conclusão de curso como requisito parcial à obtenção do Título de Especialista em QUESTÃO SOCIAL, no Curso de Pós-Graduação em Questão Social na Perspectiva Interdisciplinar Instituição de Ensino Superior certificadora.

Orientador: Prof^a- Silvana Cassia Hoeller.¹

**MATINHOS – PR
JUNHO - 2016**



Ministério da Educação
Universidade Federal do Paraná
UFPR Litoral
Curso de Especialização em Questão Social
pela Perspectiva Interdisciplinar



PARECER DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Os membros da Banca Examinadora designada pela Orientadora, Professora Mestre **SILVANA CASSIA HOELLER**, realizaram em 11/06/2016 a avaliação do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) da estudante **EDNA DE MORAIS FIDELIS**, sob o título "*Violência Contra a Mulher – Percepção das Mulheres Vitima de Violência em Relação ao Parceiro Íntimo*", sendo quesito parcial para obtenção do Título de Especialista em Questão Social pela Perspectiva Interdisciplinar pela Universidade Federal do Paraná – Setor Litoral, tendo recebido conceito "APL".

Matinhos, 11 de junho de 2016.

Prof.ª. Ma. Silvana Cassia Hoeller

Prof.ª. Dra. Helena Midori Kashwagi

Prof. Me. Paulo Gaspar Graziola Junior

Edna de Moraes Fidelis
Estudante

Conceitos de aprovação

APL = Aprendizagem Plena

AS = Aprendizagem Suficiente

Conceitos de reprovação

APS = Aprendizagem Parcialmente Suficiente

AI = Aprendizagem Insuficiente

OBSERVAÇÃO:

CASO O(A) ESTUDANTE SEJA ORIENTADO(A) A REFORMULAR SEU TRABALHO, DEVE-SE REGISTRAR NO VERSO OS REQUISITOS APONTADOS PELA BANCA PARA O ACEITE FINAL DO TRABALHO



PERCEPÇÃO DAS MULHERES VÍTIMA DE VIOLÊNCIA EM RELAÇÃO AO PARCEIRO ÍNTIMO A PARTIR DE UMA PESQUISA BIBLIOGRÁFICA

Edna de Moraes Fidelis¹

Resumo

Este artigo teve como objetivo compreender a percepção que as mulheres têm sobre a violência perpetrada por seus parceiros íntimos. Trata-se de um estudo com abordagem metodológica qualitativa, e para sua ampliação foi realizada uma pesquisa bibliográfica por meio de materiais já elaborados e publicados por outros pesquisadores. Os resultados mostram a baixa percepção das mulheres acerca das situações vividas como violentas, percebendo-as como normal e cultural no âmbito familiar. Elas buscam justificar a agressão como fraqueza ou doença do companheiro, o que dificulta e retarda a tomada de decisão em romper com o ciclo de violência. Propõe-se ampliar os estudos acerca desta temática, bem como a necessidade de ações educativas voltado à infância, para que desde muito cedo as relações entre homens e mulheres sejam construídas sob os princípios da equidade, amor e da solidariedade, sem quaisquer componentes de agressão.

Palavras-chave: Percepção da violência sofrida. Violência contra a mulher. Parceiro íntimo.

Abstract

This study aimed to understand the perception that women have on violence perpetrated by intimate partners. This is a study with qualitative approach, and its expansion was carried out a literature search through materials already developed and published by other researchers. The results show a low perception of women about abuses as violent, perceiving them as normal and cultural within the family. They seek to justify aggression as weakness or fellow disease, which complicates and delays the decision making in breaking the cycle of violence. It is proposed to expand the studies on this theme, as well as the need for educational activities aimed at children, so early on relations between men and women are built on the principles of fairness, love and solidarity, without any aggression components.

Keywords: Perception of violence suffered. Violence against women. Intimate partner.

¹Graduada em Enfermagem pelo Centro Universitário Unibrasil. Pós-graduanda em Questão Social na Perspectiva Interdisciplinar pela UFPR – Setor Litoral.

Introdução

Esse trabalho está pautado na problemática da violência contra a mulher e tem como objetivo compreender a percepção que as mulheres têm sobre a violência perpetrada por seus parceiros íntimos. A pesquisa traz dados do Brasil sobre o tema, além do histórico da invisibilidade e a conquista de alguns direitos das mulheres ao longo dos anos. Busca entender a percepção das mulheres que vivem em situação de violência praticada por parceiros íntimos e utiliza, para tanto, a revisão bibliográfica como fonte para trazer à luz dessa construção documentos que abordem o assunto. O presente trabalho também tem o objetivo de contribuir na colaboração de novas pesquisas para o melhor conhecimento da questão da violência e para o encorajamento e empoderamento das mulheres para que estas denunciem seus agressores, bem como busca a conscientização sobre a gravidade e consequências que a violência causa em suas vidas, e para que o problema da violência contra a mulher em geral não permaneça em oculto. (ROTANIA, 2003 apud; LEITE; MOURA; PENNA, 2013).

Diante desse complexo fenômeno da violência e a dificuldade de assuntos que abordem o tema, buscou-se reunir dados e informações para responder às seguintes questões norteadoras: “Como as mulheres percebem a violência vivenciada no relacionamento íntimo?” e “Qual o juízo consciencioso dessas mulheres a respeito da violência?”. Nessa perspectiva é que este trabalho de pesquisa pretende colaborar para ampliar a visibilidade da questão da violência contra as mulheres, neutralizar a desigualdade social e de gêneros, fortalecer redes de atendimento e cumprimento de ações articuladas por meio dos programas de políticas públicas, contribuir para a conscientização de profissionais das áreas de atendimento das redes especializadas, instituições responsáveis e da população e, principalmente, das próprias mulheres na busca de seus direitos.

A violência no Brasil produz dados alarmantes que choca a população, gerando um profundo sentimento de insegurança na sociedade (SIGNORI; MADUREIRA, 2007). A Convenção interamericana para prevenir, punir e erradicar a violência contra a mulher – “Convenção de Belém do Pará” (1994, p. 1) define violência como “qualquer ação ou conduta, baseada no gênero, que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico à mulher, tanto no âmbito público como no privado”. A violência contra a mulher se apresenta de várias formas, dentre

elas a violência física, sexual e psicológica, perpetrada por parceiros íntimos (JONG; SADALA; TANAKA, 2008). Nesse contexto, Zancan, Wassermann e Lima (2013) afirmam que as diferentes formas de violência contra a mulher ocorrem frequentemente no espaço socialmente constituído para as mulheres; no ambiente privado, a família e o domicílio. Parceiro íntimo refere-se ao marido, noivo, namorado ou qualquer outro homem com quem a mulher desenvolva um relacionamento íntimo-afetivo (MOURA et al., 2009).

A violência vivida pelas mulheres trás várias consequências em suas vidas, nas relações sociais e na saúde física e psicológica, causando um grave problema de saúde pública (ALVES, 2001 apud FONSECA; RIBEIRO; LEAL, 2012). No estudo de 1997, o Banco Interamericano de Desenvolvimento (Brasil, 2001) calculou que 25% das mulheres que faltam ao trabalho têm como causa a violência sofrida por seus companheiros dentro de suas casas, o que diminui suas rendas financeiras entre 3% e 20% em sua remuneração mensal. Segundo o Banco Mundial (Brasil, 2001 apud Heise, 1993), para as economias de mercado, a violência contra as mulheres representa quase um ano perdido de vida saudável em cada cinco mulheres de 15 a 44 anos, e ocupa peso igual à tuberculose, ao HIV, aos diversos tipos de câncer e às enfermidades cardiovasculares.

No Brasil, de acordo com Moura et al. (2009 apud, Schraiber et al., 2007), em estudo realizado com 2.502 mulheres a partir de 15 anos, verificou-se que 43% das brasileiras já tinham sofrido violência infligida por um homem na vida. Mélo e Dantas, (2008) afirmam que a cada 15 segundos uma mulher é agredida no Brasil e mais de 2 milhões de mulheres são espancadas a cada ano por seus companheiros, namorados, ex-namorados e maridos. Vale ressaltar que a violência contra a mulher ganhou visibilidade por ações do movimento feminista ao longo da década de 1980, o qual chamava atenção para a utopia da questão da “legítima defesa da “honra” e para a indispensabilidade de mudança do padrão cultural que ratifica essa violência (BASTERD, 1994 apud SANTI; NAKANO; LETTIERE, 2013).

Ainda que essas reivindicações contribuíssem para a criação de serviços especiais, como as Delegacias de Defesa da Mulher (DDM), casas-abrigo e os centros de atendimento multiprofissionais, e apesar das mudanças evolutivas e na conscientização da sociedade sobre os direitos das mulheres, ainda existe muito a ser feito em todas as áreas (SCHRAIBER, 2002 apud LEITE; MOURA; PENNA, 2013).

Procedimentos Metodológicos

Todo o processo de pesquisa necessita explicitar os seus caminhos metodológicos. Dessa forma, optou-se pela pesquisa com a abordagem qualitativa, que reúne algumas características que nortearão a análise do pesquisador:

Na investigação qualitativa, a fonte direta de dados é o ambiente natural, constituindo o investigador o instrumento principal [...] a investigação qualitativa é descritiva [...] os investigadores qualitativos interessam-se mais pelo processo do que simplesmente pelos resultados ou produtos [...] os investigadores qualitativos tendem a analisar os seus dados de forma indutiva [...] o significado é de importância vital na abordagem qualitativa. (BOGDAN; BIKLEN, 1994, p. 47-50)

Para a ampliação deste estudo, foi realizada uma pesquisa bibliográfica por meio de materiais já elaborados e publicados por outros pesquisadores. Esta pesquisa utiliza-se da literatura para estudar e analisar aspectos diversos de um tema, técnicas de leitura, análise e interpretação de conteúdos já elaborados. Elas contribuem para uma pesquisa futura e mais apropriada (RUARO, 2004).

Utilizamos uma gama considerável de autores para consolidar a pesquisa que apresenta como tema a percepção que as mulheres têm em relação à violência praticada por parceiro íntimo (Santi, Nakano, Lettiere); bem como na questão sobre a invisibilidade e direitos conquistados pelas mulheres ao longo da história, foram retratados pelos autores (Santos, Amaral, Santana, Sant'ana).

Detectamos também a necessidade da pesquisa bibliográfica no momento em que se fez uso de materiais já elaborados: teses, artigos científicos, revista na área de saúde pública, documentos eletrônicos e cartilhas orientadoras publicadas na busca e alocação de conhecimento com ênfase em violência contra a mulher e sua percepção e violência perpetrada por parceiro íntimo, por meios de informação e comunicação, correlacionando tal conhecimento com abordagens já trabalhadas por outros autores, bem como de autores que trabalham atualmente com o tema em uma perspectiva para melhor compreensão e entendimento referente à questão da violência contra a mulher.

Invisibilidade da mulher na História e conquista de direitos

Para Santos (2010), a inferioridade feminina está baseada em um conceito equivocado de que a mulher é fraca, subordinada, paciente; o contrário do homem: forte, viril, consequente. Portanto, essa prática vem sendo praticada ao longo do tempo, estratificada e perpetuada essa violência contra a mulher dentro de um sistema patriarcal de interiorização da figura feminina.

Dentro desse contexto, alguns textos bíblicos são usados para legitimar a inferioridade feminina, como o que se encontra no Primeiro livro de Pedro, Capítulo 3, Versículo 7, impondo-lhe honra como a um vaso mais fraco, o feminino, atribuindo a ideia de que a mulher tem uma qualificação inferior. Algumas igrejas têm a visão que a mulher é como filha e sucessora de Eva, vista como raiz do pecado original e um instrumento de Satanás (SANTOS, 2010).

Ainda nesse sentido, para Souza, Kazmierczak e Couto (2012), nos séculos antes de Cristo as mulheres eram encarregadas de gerar e cuidar dos filhos, bem como realizar trabalhos com plantações e cuidar dos animais. Era normal que as mulheres ficassem em casa, sujeitas a trabalhos com menor risco que os homens e dedicadas à criação dos filhos, além da organização da casa e conservação do relacionamento amoroso e familiar.

De acordo com Coutinho e Diniz (2011), tal subordinação ocorre em vários países, inclusive no Brasil, nas mais diversas épocas, demonstrando que as mulheres têm sido objetos de seus senhores (pais, maridos, irmãos e filhos), pois sempre viveram num mundo machista preconceituoso de superioridade masculina, no qual a mulher era submetida à restrição da liberdade e tinha seus direitos abolidos, anulados ou ignorados.

Apesar da nítida divisão de papéis de gênero, a mulher começa a ganhar visibilidade na conquista da educação feminina com a Lei de 15 de outubro de 1827, que autorizou a criação de escolas para meninas, visto que a instrução feminina só ocorria nas famílias mais abastadas economicamente, que tinham direito de contratar professores para oferecer às filhas aulas particulares em suas residências (AMARAL; SANTANA; SANT'ANA, 2015).

O hiato de gênero (*gender gap*) na educação ocorre quando existem diferenças sistemáticas nos níveis de escolaridade entre homens e mulheres. É uma medida útil para evidenciar as desigualdades no acesso à escola entre os sexos. Na maior parte do século XX, o hiato de gênero na educação brasileira ocorreu porque as taxas de alfabetização e os demais níveis de educação dos homens eram superiores aos das mulheres. Segundo as abordagens de gênero, as diferenças nos níveis educacionais não decorrem de características biológicas, mas sim das condições históricas e estruturais da conformação de cada sociedade. Em quase todos os países do mundo as mulheres sempre tiveram maiores barreiras no acesso à escola. Alguns conseguiram derrubá-las, mas em outros ainda há uma longa batalha pela frente.

Isso demonstra que a história de inferiorização feminina desde o início da civilização é gritante, deixando aparente a desigualdade entre homens e mulheres desde o início do século. Dessa maneira, a estrutura de poder é desigual para as mulheres, trazendo prejuízos para as mesmas em várias esferas de sua vida.

As mulheres também tiveram um marco na luta por igualdade de gênero na chamada onda feminista, que trouxe repercussão na vida das mulheres na luta e direito ao voto. De acordo com Pinto (2010), a chamada primeira onda do feminismo aconteceu a partir das últimas décadas do século XIX por mulheres que lutaram por liberdade e muitas vezes pagaram com suas próprias vidas, quando as mulheres, na Inglaterra, reuniram-se para lutar por seus direitos, sendo que o primeiro deles que se popularizou foi o direito ao voto. No Brasil, a conquista do direito ao voto se deu também através de ondas feministas. As feministas brasileiras foram comandadas por Bertha Lutz, bióloga, cientista e uma das fundadoras da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, organização que fez campanha pública pelo voto. Bertha Lutz, através de um abaixo-assinado, conseguiu a aprovação do projeto de lei que dava o direito de voto às mulheres. (D'ALKMIN, AMARAL, 2009)

Segundo D'Alkmin e Amaral (2009, p. 7)

O novo Código Eleitoral decretado em 24 de fevereiro de 1932 concedia pleno direito de voto às mulheres sob as mesmas condições que os homens. Em 1935, Maria do Céu Fernandes é diplomada como a primeira deputada estadual eleita no Brasil pelo voto popular no Rio Grande do Norte.

No início dos anos 1980, a violência doméstica contra a mulher passou a ser o centro dos discursos e mobilizações feministas sobre violência (SANTOS, 2010).

Foi através dessas mobilizações feministas que as mulheres ganharam expressão, ao pensar que no espaço conjugal as mulheres estão expostas a todos os tipos de violência pelo comportamento agressivo do companheiro, o lar onde elas consideram âmbito privado e seguro (ZANCAN; WASSERMANN; LIMA, 2013).

Nesse contexto é que surge a Lei Maria da Penha, uma das muitas outras conquistas das mulheres através de suas reivindicações. A Lei 11.340/2006 foi em homenagem à cearense Maria da Penha Fernandes, vítima de violência doméstica perpetrada por seu parceiro íntimo e que lutou por 20 anos para que seu agressor fosse condenado pelo Estado brasileiro (COUTINHO; DINIZ, 2011).

A Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006,

Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências.

Essa lei cria mecanismos de coerção da violência doméstica e familiar contra a mulher, originando a criação do Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, como medidas de prevenção e proteção da violência (LEITE, 2013).

A lei também é considerada um avanço, pois reconhece como crime a violência intrafamiliar e doméstica caracterizam as situações de violência. Portanto, determinando a implementação de pena de prisão ao agressor, e garante o encaminhamento da vítima e seus dependentes a serviços de proteção e assistência social.

A violência doméstica e familiar contra a mulher estabelece uma das formas de transgressão dos direitos humanos. Ainda segundo a Lei 11.340, de 7 de agosto de 2006

Art. 7º São formas de violência doméstica e familiar contra a mulher, entre outras: I - a violência física, entendida como qualquer conduta que ofenda sua integridade ou saúde corporal; II - a violência psicológica, entendida como qualquer conduta que lhe cause dano emocional e diminuição da autoestima ou que lhe prejudique e perturbe o pleno desenvolvimento ou que vise degradar ou controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões, mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, vigilância constante, perseguição contumaz, insulto, chantagem, ridicularização, exploração e limitação do direito de ir e vir ou qualquer outro meio que lhe cause prejuízo à saúde psicológica e à autodeterminação; III - a violência sexual, entendida como qualquer conduta que a constranja a

presenciar, a manter ou a participar de relação sexual não desejada, mediante intimidação, ameaça, coação ou uso da força; que a induza a comercializar ou a utilizar, de qualquer modo, a sua sexualidade, que a impeça de usar qualquer método contraceptivo ou que a force ao matrimônio, à gravidez, ao aborto ou à prostituição, mediante coação, chantagem, suborno ou manipulação; ou que limite ou anule o exercício de seus direitos sexuais e reprodutivos; IV - a violência patrimonial, entendida como qualquer conduta que configure retenção, subtração, destruição parcial ou total de seus objetos, instrumentos de trabalho, documentos pessoais, bens, valores e direitos ou recursos econômicos, incluindo os destinados a satisfazer suas necessidades; V - a violência moral, entendida como qualquer conduta que configure calúnia, difamação ou injúria.

A Lei Maria da Penha representou uma melhoria no combate à impunidade da violência contra a mulher. Atualmente, é inaceitável que a mulher seja tratada com desrespeito, sobretudo no campo das relações familiares, trazendo garantias de direitos as mesmas (GALDINO, 2008).

Alguns dados sobre a violência contra mulher

De acordo com a Organização Mundial de Saúde (OMS), um estudo realizado em 10 países sobre a saúde da mulher e violência doméstica contra mulheres com idade entre 15 a 49 anos, mostrou que 15% das mulheres no Japão e 70% na Etiópia e no Peru relataram violência física e/ou sexual por um parceiro íntimo. Dessas 0,3% e 11,5% das mulheres entrevistadas disseram ter sofrido violência sexual por um homem que é o parceiro; para algumas mulheres, a primeira experiência sexual foi considerada como forçadas para 24% das mulheres na zona rural do Peru, 28% na Tanzânia, 30% na área rural de Bangladesh e 40% na África do Sul.²

“Entre os 84 países do mundo que conseguimos dados a partir do sistema de estatísticas da OMS, o Brasil apresenta uma taxa de 4,4 homicídios para cada 100 mil mulheres e ocupa a 7ª colocação, como um dos países de elevado nível de feminicídio” (WAISELFISZ, 2012, p. 26). Dentre as cidades do Brasil o Paraná ocupa o 3ª lugar entre os estados e Curitiba o 4ª entre as capitais. (WAISELFISZ, 2012).

²COMPROMISSO E ATITUDE. Dados nacionais sobre a violência contra as mulheres. Disponível em: <http://www.compromissoeatitude.org.br/dados-nacionais-sobre-violencia-contra-a-mulher/> Acesso em: 15 dez. 2015.

No Brasil, em 2014, os atendimentos em relação ao momento em que a violência iniciou dentro do relacionamento, revelaram que os episódios acontecem desde o início da relação totalizando um percentual de (23,51%) ou de 1 até 5 anos (23,28%).

Do total das 52.957 denúncias de violência contra a mulher em 2014, 27.369 estavam relacionadas à violência física foi de (51,68%), 16.846 à violência psicológica de (31,81%), 5.126 à violência moral (9,68%), 1.028 à violência patrimonial (1,94%), 1.517 à violência sexual (2,86%), 931 a cárcere privado (1,76%) e 140 abrangendo tráfico de mulheres (0,26%).³

A violência por parceiro íntimo teve alta prevalência através de investigações realizadas a partir dos anos 1990, modificando no mundo de 15,4% a 70,9%, para ocorrências de ao menos uma vez na vida de violência física e/ou sexual. (GARCIA et al., 2006 apud D'OLIVEIRA et al., 2009).

Segundo Wilhelm e Tonet (2007), os episódios de violência doméstica contra a mulher cometida pelo companheiro podem repercutir com diferentes consequências. Para Monteiro e Souza (2007), essas decorrências da violência na vida das mulheres deixam marcas expostas, como sintomas de doenças, sempre ocultando um grande sofrimento moral. Dentre os sintomas estão a hipertensão, alteração da tireoide, aborto, parto prematuro, membros do corpo quebrados e ainda o surgimento de doenças sexualmente transmissíveis.

Percepção que as mulheres têm a respeito da violência praticada por parceiro íntimo

Os resultados obtidos através da revisão bibliográfica foram encontrados em artigos que atendiam aos critérios da pesquisa relacionados à percepção que as mulheres têm sobre a violência perpetrada por parceiro íntimo. De acordo com a definição do dicionário de Caldas (2012, p. 666), a percepção conceitua-se em “ação de analisar, avaliar”.

³COMPROMISSO E ATITUDE. Alguns números de violência contra as mulheres no mundo. Disponível em: <<http://www.compromissoeatitude.org.br/alguns-numeros-sobre-aviolencia-contra-as-mulheres-no-mundo/->>. Acesso em: 15 dez. 2015.

Já Freire (1977) nos ajuda a entender a percepção relacionada aos aspectos culturais do ser humano, por isso, a forma de perceber os fatos não é diferente da maneira de relacioná-los com os outros, encontrando-se condicionada pela realidade concreta, cultural, em que se acham os seres humanos.

Sagim (2007) mostra que as mulheres percebem as atitudes e comportamentos de seus companheiros\maridos na forma de se dirigir a ela e a visão desabonadora que eles manifestam a seu respeito, O mesmo autor coloca ainda que as mulheres possuem uma visão negativa do relacionamento com o parceiro, distinguindo-o como ruim, conflituoso, ainda para algumas mulheres esse comportamento violento do companheiro é julgado como uma pessoa bruta, violenta, ignorante e agressiva.

Signori e Madureira (2007) alegam que o homem se vê como superior à mulher baseado em uma cultura machista, em que o homem quer mandar ou demonstrar seu poder no relacionamento.

Principais causas das agressões vividas pelas mulheres vítimas de violência

Amaral (2001 apud Adeodato et al., 2005) aponta que dentre as causas da violência se destaca o álcool; o ciúme também é uns dos principais fatores desencadeantes das agressões. O estudo mostrou que antes das agressões, 70% dos parceiros ingeriam álcool e 11% consumiam drogas ilícitas. Após as agressões, 44% costumavam pedir perdão. Os dados em relação ao álcool vão ao encontro com o as informações de Signori e Madureira (2007), que afirmam que muitos homens geradores de violência contra suas companheiras justificam as causas da agressão ao ciúme, ao uso de drogas, desconfiança os deveres e obrigações por parte das mulheres e ao uso do álcool, com porcentual de 80% dos casos de violência relacionados à embriaguês. Para Barroso (2008), as mulheres vítimas de violência tendem a diminuir a importância do comportamento violento dos parceiros para com elas alegando que o bebida falou por eles, pois quando os companheiros não bebem as tratam bem. Observa-se que as mulheres justificam a violência que sofrem diante delas mesmas, contribuindo para dificultar uma atitude que mude sua situação como vítimas e permanecerem no ciclo da violência.

Saffioti (2002, p. 14) utiliza a seguinte argumentação:

[...] pelo menos perante seu homem, encarnam a lógica patriarcal de gênero, não tendo parâmetros para discernir sobre seus atributos e os de seu companheiro. Tendem, via de regra, a diminuir suas próprias qualidades, exaltando as do companheiro. É frequente que digam que seus maridos as espancam quando bêbados, mas que são excelentes pessoas em estado sóbrio. Nada garante que os alcoólatras violentos não o seriam se não fossem viciados em álcool. Ademais, mulheres alcoólatras não são, em geral, violentas. Ou melhor, alcoolismo em mulheres não lhes aumenta a incidência de prática de violência.

Como descrito por Barroso (2008), a cura do alcoolismo não acaba com o comportamento agressivo do parceiro. Além disso, é inconveniente pensar que um agressor embriagado não possui nenhuma capacidade de decisão a respeito de seu comportamento. A violência existiria mesmo que situações de alcoolismo não fossem o desencadeante da violência e o álcool como um catalizador, como se houvesse necessidade desse excitante.

Motivos pelos quais as mulheres não denunciam

Outros aspectos a serem considerados são os motivos pelos quais as mulheres que vivem em situação de violência se omitem em denunciar seus parceiros. Parente, Nascimento e Vieira (2009) afirmam que o comportamento das vítimas em relação à denúncia é delicado e de solução difícil, pois envolve vários campos de saúde, da política e da cultura, e para essa percepção, está o medo e os temores de perda da guarda dos filhos, da proximidade da família, do controle da situação e constrangimento de quem vive em situação de violência.

Ainda, soma-se o medo da reação do companheiro, o temor do abandono ou mesmo dele matá-la, além do medo de ficar sem onde morar, medo de perder a dignidade e capacidade, como mulher, de reivindicar seus direitos frente à violência vivida.

Jong, Sadala e Tanaka (2008) ainda alegam que os filhos são os mais prejudicados diante da situação de violência, pois a mãe percebe que ao denunciar o pai acarretará problemas de ordem emocional, bem como na segurança e bem-estar dos filhos.

Já para Moura et al. (2013, p. 8), as mulheres sentem-se envergonhadas quando buscam ajuda em delegacias na esperança de obter apoio diante da violência sofrida dentro de seus lares e praticada por seus próprios companheiros.

Os mesmos autores ainda relatam as causas que induzem as mulheres a realizar a denúncia, que acontece pelo medo de novas “agressões ou ameaças ou por terem que fazer algo para ‘ferrar’ o parceiro ou ‘botar pra quebrar’, para ‘procurar meus direitos’, ‘tomar atitude’ ou ‘mostrar para ele que eu não sou igual às aquelas outras’”.

Entretanto, existem algumas mulheres que se encorajam e tomam a decisão de denunciar seus parceiros, mesmo sendo uma menor parte dessas mulheres.

Na opinião de Signorelli (2011), as mulheres conseguem identificar a violência verbal como mais agressiva em relação à violência física em alguns momentos.

Além disso, as mulheres em situação de violência não se veem como vítima da violência e não usam a palavra “violência” como expressão para o que vivenciam, declarando que o esposo tem um gênio ruim ou é muito bravo. Sobre esse assunto, Fonseca, Ribeiro e Leal (2012) afirmam que algumas mulheres percebem seus companheiros desde pessoa boa, pessoa ótima, muito simpática até covarde, canalha e doente.

Segundo Signorelli (2011, p. 55), em uma entrevista realizada com uma das mulheres vítimas de violência, ao perguntar se ela já havia denunciado seu companheiro alguma vez, ela respondeu prontamente: “Eu não posso denunciar ele... Ele é o pai dos meus filhos e é quem eu escolhi viver... Não quero que prendam ele”.

A violência vivida pelas mulheres nem mesmo é percebida como violação de seus direitos, pois é considerada normal no âmbito familiar; as mulheres têm consciência da violência sobre si e seus familiares, mas passam a encarar a agressão como normal e cultural, e a justificam como fraqueza ou doença do companheiro (ALONSON, 1995 apud CRUZ, 2002).

Segundo Schraiber (2007 apud Leite; Moura; Penna, 2013), a percepção das mulheres acerca da violência é baixa quanto às condições vividas como violentas, ainda mais quando correlacionada com os tipos de violência psicológica e sexual, sendo entre os tipos psicológicos com menor percepção e sexual com maior percepção. Wilhelm (2007) enfatiza que o termo violência é reconhecido pelas mulheres para as situações de agressão quando esta é praticada por estranhos e principalmente, de ordem sexual.

Motivos pelos quais as mulheres permanecem em um relacionamento íntimo violento

Dentre os demais problemas relatados pelas mulheres, outros aspectos apontados são os motivos pelos quais as mulheres permanecem por tanto tempo em um relacionamento íntimo violento. Zancan, Wassermann e Lima (2013) mencionam que as mulheres são incapazes de enfrentar a violência por receio das ameaças que sofriam.

De acordo com Barroso (2008, p. 6) destaca que:

Os motivos que alegam para justificar tal atitude e permanência no relacionamento violento são bastante diversos, mas quase sempre tocam aspectos como: o medo de represálias, a perda de meios de suporte financeiro, a preocupação com os filhos, a dependência emocional, a ausência de suporte familiar e de amigos e a eterna esperança de que “um dia ele vai mudar”.

Nesse contexto, Souto e Braga (2009) colocam que o medo e o aprisionamento são uns dos sentimentos atribuídos às mulheres. Já Truninger (1971 apud Marques, 2005) reforça a ideia que algumas das causas pelas quais as mulheres se obrigam a permanecerem em um relacionamento violento são: a ideia negativa em relação à violência, dependência financeira, crença que seus parceiros um dia irão mudar, os filhos que dependem do suporte econômico do pai e o medo de que as agressões aumentem.

Como também, em relação à dependência financeira, as explicações que justificam a permanência da mulher ao lado do marido agressor, segundo Sagim (2007) salienta, é que 60% das mulheres que têm uma renda fixa teriam condições de sustentar seus filhos. Desse modo, por que as mulheres ainda se submetem a viver em situação de violência quando têm a oportunidade de sair dela? Ou seria o caso dessa mulher ter uma dependência emocional pelo companheiro que a faz ter necessidade de permanecer junto ao agressor?

Considerações finais

Percebe-se pela pesquisa que as mulheres estão conquistando seu espaço através de alguns direitos importantes para diminuir a violência contra a mulher, e a busca de igualdade de gênero. Como foi ressaltado anteriormente por Pinto (2010), que nos conta que as mulheres, na Inglaterra, reuniram-se para lutar por seus direitos, sendo o direito ao voto o primeiro deles que se popularizou. Diante deste contexto, para diminuir a violência doméstica, entra em vigor no Brasil a Lei Maria da Penha, que cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, bem como busca eliminar todas as formas de discriminação contra as mulheres, e a Convenção interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a violência contra as mulheres. Diante dessas conquistas, percebe-se que as mulheres estão se empoderando em relação a seus direitos, mas ainda existe toda uma construção cultural da sua invisibilidade e fragilidade perante o companheiro na sua relação no contexto familiar. Conforme salienta Alonson (1995 apud CRUZ, 2002), a violência vivida pelas mulheres nem mesmo é percebida como violação de seus direitos.

Ainda para os mesmos autores, as mulheres são conscientes da violência sobre si e seus familiares, porém, passam a encará-la como normal e cultural no contexto familiar, justificando a agressão como fraqueza ou doença do companheiro, o que dificulta e retarda a tomada de decisão em romper o ciclo de violência. Diante da pesquisa que foi realizada sob a percepção que as mulheres têm acerca da violência perpetrada por parceiro íntimo, nota-se que as mulheres têm uma baixa percepção em relação à violência. Conforme cita Schraiber (2007 apud Leite; Moura; Penna, 2013), a percepção das mulheres acerca da violência é baixa quanto às condições vividas como violentas, sendo reconhecidas apenas situações nas quais elas tenham vivenciado abusos do tipo sexual e físicos, ou seja, naquelas em que se confirmam marcas aparentes pelo corpo. A esse respeito, Sagim (2007) coloca que as mulheres possuem uma visão negativa do relacionamento com o parceiro, distinguindo-o como ruim, conflituoso, e em alguns casos as mulheres o julgam como bruto, violento, ignorante e agressivo. Para uma melhor compreensão, Wilhelm (2007) enfatiza que o termo violência é reconhecido e percebido pelas mulheres para as situações de agressão quando este é proveniente por estranho e, principalmente, de ordem sexual. Vale destacar a escassez de artigos que debatem a percepção da mulher vítima de violência por parceiro íntimo. Frente ao exposto, compreende-se a necessidade de ampliar os estudos acerca desta temática, levando-se em consideração que a violência constitui um fenômeno que atinge

várias regiões do Brasil. O presente estudo propõe que a solução para a luta contra a violência é a educação dos potenciais agressores, maridos, pais, companheiros e da sociedade como um todo. Portanto, é necessária uma verdadeira mudança de valores e a “quebra cultural”, pois educando homens e mulheres em um ambiente onde haja igualdade de gênero poderemos começar a vencer a violência.

REFERÊNCIAS

ADEODATO, Vanessa Gurgel et al. **Qualidade de vida e depressão em mulheres vítimas de seus parceiros**. Rev Saúde Pública, v. 39, n. 1, p. 108-13, 2005.

AMARAL, Rosemeire dos Santos; SANTANA, Irani Parolin; SANT'ANA, Claudinei Camargo. **O ensino de matemática e a educação feminina: aritmética e geometria no curso primário da Bahia Império-República (1827-1939).** *Jornal Internacional de Estudos em Educação Matemática*, v. 8, n. 1, 2015. Disponível em: <<https://goo.gl/w5dppU>>. Acesso em: 22 nov. 2015.

AUDI, C. et al. **Percepção da violência doméstica por mulheres gestantes e não gestantes da cidade de Campinas**, São Paulo. *Ciênc. saúde coletiva*, v. 14, n. 2, p. 587-94, 2009.

AULETE, Caldas. **Dicionário escolar da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Lexikon, 2012.

BELTRÃO, Kaizo, and José Estácio Diniz Alves. **“A Reversão do Hiato de Gênero na Educação Brasileira no Século XX”**. *Cadernos de Pesquisa* 39.136 (2013): 125-156

BRASIL. Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006. **Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher**. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, n. 151, 8 ago. 2006. Seção 1, p. 1. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm>. Acesso em: 15 dez. 2015.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Políticas de Saúde. **Violência intrafamiliar: orientações para prática em serviço**. Brasília: Ministério da Saúde, 2001. (Série Cadernos de Atenção Básica n. 8).

BOGDAN, Roberto C.; BIKLEN, Sari Konopp. **Investigação qualitativa em educação**: Porto: Porto, 1994.

COMPROMISSO E ATITUDE. **Alguns números de violência contra as mulheres no mundo**. Disponível em: <<http://www.compromissoeatitude.org.br/alguns-numeros-sobre-aviolencia-contra-as-mulheres-no-mundo/>>. Acesso em: 15 dez. 2015.

COMPROMISSO E ATITUDE. **Dados nacionais sobre a violência contra as mulheres**. Disponível em: <http://www.compromissoeatitude.org.br/dados-nacionais-sobre-violencia-contra-a-mulher/> Acesso em: 15 dez. 2015.

COUTINHO, Rubian Corrêa; DINIZ, Anailton Mendes de Sá (Org.) **O enfrentamento à violência doméstica e familiar contra a mulher: uma construção coletiva**. [s.l.] CNPG, 2011.

DINIZ, Simone et al. **Prevalência da violência contra a mulher por parceiro íntimo em regiões do Brasil**. *Rev Saúde Pública*, v. 41, n. 5, p. 797-807, 2007.

D'OLIVEIRA, Ana Flávia Pires Lucas et al. **Fatores associados à violência por parceiro íntimo em mulheres brasileiras**. *Revista de Saúde Pública*, v. 43, n. 2, p. 299-311, 2009.

D'ALKMIN, Sônia Maria, and Sérgio Tibiriçá Amaral. "A Conquista do Voto Feminino no Brasil." *ETIC-ENCONTRO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA-ISSN 21-76-8498* 2.2 (2009).

FONSECA, Denire Holanda da; RIBEIRO, Cristiane Galvão; LEAL, Noêmia Soares Barbosa. **Violência doméstica contra a mulher: realidades e representações sociais**. *Revista Psicologia & Sociedade*, v. 24, n. 2, 2012.

GALDINO, Valéria Silva. **Dos aspectos controvertidos da Lei da Maria da Penha**. *Revista Jurídica Cesumar – Mestrado*, v. 7, n. 2, p. 471-487, 2008. Disponível em: <https://scholar.google.com.br/scholar?q=Dos+Aspectos+Controvertidos+da+Lei+da+Maria+da+Penha&btnG=&hl=pt-BR&as_sdt=0%2C5->>. Acesso em: 05 dez. 2015.

JONG, Lin Chau; SADALA, Maria Lúcia Araújo; TANAKA, Ana Cristina D'Andretta. **Desistindo da denúncia ao agressor: relato de mulheres vítimas de violência doméstica**. *Revista da Escola de Enfermagem da USP*, v. 42, n. 4, p. 744-751, 2008.

LEITE, Franciéle Marabotti Costa; MOURA, Maria Aparecida Vasconcelos; PENNA, Lucia Helena Garcia. **Percepções das mulheres sobre a violência contra a mulher**: uma revisão integrativa da literatura. *Avances en Enfermería*, v. 31, n. 2, p. 136-143, 2013.

LEITE, Maria Suzana Souza. Lei Maria da Penha. **O desafio de sua execução frente às falhas do Estado**. In: VI Jornada Internacional de Políticas Públicas – O desenvolvimento da crise capitalista e a atualização das lutas contra a exploração, a dominação e a humilhação, 2013, São Luis Maranhão. Disponível em: <<http://goo.gl/dAngZb>>. Acesso em: 05 dez. 2015.

MARQUES, Tânia Mendonça. **Violência conjugal**: estudo sobre a permanência da mulher em relacionamentos abusivos. Disponível em: <<https://goo.gl/JsMV9f>>. Acesso em: 16 fev. 2016.

MÉLLO, Ricardo Pimentel; DANTAS, Benedito Medrado. **Posicionamentos críticos e éticos sobre a violência contra as mulheres**. *Psicologia & Sociedade*, v. 20, p. 78-86, 2008.

MONTEIRO, Claudete Ferreira de Souza; IVIS, Emilia de Oliveira Souza. **Vivência da violência conjugal**: fatos do cotidiano. *Texto & contexto enfermagem*, v. 16, n. 1, p. 26-31. 2007.

MOREIRA, Virginia; BORIS, Georges Daniel Janja Bloc; VENÂNCIO, Nadja. **O estigma da violência sofrida por mulheres na relação com seus parceiros íntimos**. *Revista Psicologia & Sociedade*, v. 23, n. 2, 2011.

MOURA, Leides Barroso Azevedo et al. **Violências contra mulheres por parceiro íntimo em área urbana economicamente vulnerável**, Brasília, DF. *Revista de Saúde Pública*, v. 43, n. 6, p. 944-953, 2009.

MOURA, Maria Aparecida Vasconcelos et al. **Mulheres que denunciam violência de gênero em uma Unidade de Polícia Pacificadora**. *Revista Eletrônica de Enfermagem*, v. 15, n. 3, p. 628-35, 2013.

PARENTE, Eriza de Oliveira; NASCIMENTO, Rosana Oliveira do; VIEIRA, Luiza Jane Eyre de Souza. **Enfrentamento da violência doméstica por um grupo de mulheres após a denúncia**. *Estudos Feministas*, v. 17, n. 2, p. 445-465, 2009.

PINTO, Céli Regina Jardim. **Feminismo, história e poder**. *Revista de Sociologia e Política*, vol. 18, n. 36, p. 15-23, 2010. Disponível em: <https://goo.gl/CPYLEv>. Acesso em: 23 nov. 2015.

RUARO, DIRCEU ANTONIO. **Manual de apresentação de produção acadêmica**. 2. ed. Pato Branco: Faculdade Mater Dei, 2004.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. **Violência contra a mulher e violência doméstica**. Gênero, democracia e sociedade brasileira. Rio de Janeiro: Editora 34, 2002.

SAGIM, Mirian Botelho et al. **Violência doméstica: a percepção que as vítimas têm de seu parceiro, do relacionamento mantido e das causas da violência**. *Cogitare Enfermagem*, v. 12, n. 1, 2007.

SANTI, Liliane Nascimento de; NAKANO, Ana Márcia Spanó; LETTIERE, Angelina. **Percepção de mulheres em situação de violência sobre o suporte e apoio recebido em seu contexto social**. *Texto & Contexto Enferm*, v. 19, n. 3, p. 417-424, 2010.

SANTOS, Cecília MacDowell. **Da delegacia da mulher à Lei Maria da Penha**: absorção/tradução de demandas feministas pelo Estado. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n. 89, p. 153-170, 2010. Disponível em: <<https://goo.gl/YlyY5R>>. Acesso em: 23 nov. 2015.

SANTOS, Josimare Francisco dos. Helena: **representações da inferioridade feminina**. In: SEMINÁRIO CULTURA E POLÍTICA NA PRIMEIRA REPÚBLICA: CAMPANHA CIVILISTA NA BAHIA, 2010, Bahia. Disponível em: <<http://www.uesc.br/eventos/culturaepolitica/anais/josimarefrancisco.pdf>>. Acesso em: 12 dez. 2015.

SIGNORELLI, Marcos Claudio. **Mudaram as estações... Nada mudou.** 2011. 189 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em saúde Coletiva, Universidade Federal de São Paulo, Escola Paulista de Medicina, São Paulo, 2011.

SIGNORI, Marisa; MADUREIRA, Valéria Silvana Faganello. **A violência contra a mulher na perspectiva de policiais militares: espaço para a promoção da saúde.** Health Sciences, v. 29, n. 1, p. 7-18, 2007.

SOUTO, Cláudia Maria Ramos Medeiros; BRAGA, **Violante Augusta Batista.** **Vivências da vida conjugal:** posicionamento das mulheres. Rev. bras. Enferm, v. 62, n. 5, p. 670-674, 2009.

SOUZA, Daryane Ariel; KAZMIERCZAK, Marília; COUTO, Rafaella. **Mulher e sociedade:** Como podemos compreender as mulheres à luz de seus direitos sociais na contemporaneidade? Revista do Colégio Mãe de Deus, v. 3, 2012. Disponível em: <<https://goo.gl/ZSSSJl>>. Acesso em: 12 dez. 2015.

WASELFSZ, Julio Jacobo. **Mapa da violência 2012:** Atualização: Homicídio de mulheres no Brasil. Cebela: Centro Brasileiro de Estudos Latinos Americanos. Agosto de 2012. Flasco - Brasil. Disponível em <http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2012/MapaViolencia2012_atual_mulheres.pdf>

WILHELM, Fernanda Ax; TONET, Jaqueline. **Percepção sobre a violência doméstica na perspectiva de mulheres vitimadas.** Psicol. Argum, v. 25, v. 51, p. 401-412, 2007. Disponível em: <<http://goo.gl/QnZ7s3>>. Acesso em: 20 abr. 2016.

ZANCAN, Natália; WASSERMANN, Virginia; LIMA, Gabriela Quadros de. **A violência doméstica a partir do discurso de mulheres agredidas.** Pensando famílias, v. 17, n. 1, p. 63-76, 2013.